

**ATA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF**

Nos dias dezoito e vinte de abril de dois mil e vinte e três, através de videoconferência pela plataforma TEAMS foi realizada a **69ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao Desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, transmitida ao vivo pelo Youtube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=WKDqtQdlcCI>

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 69ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 19/04/23 - Horário: 16h05 às 17h50.**

Aline Campos (FBDH), Ana Veraldi Favacho (FBDH), Edivânia (Comunidade São José do Goiabal), Eliane Gregório (Comissão de Atingidos de Povoação/Linhares), Gabriela Queiroz Barros (Advogada, Atingida/São Mateus e Procuradora da Comissão de Atingidos do Extremo Sul da Bahia), João Luiz Paste (IJSN), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz), Lucia Maria de Oliveira Paula (Comissão de Atingidos de Cachoeira Escura), Luciana Souza de Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios), Mateus Faraci (Comitê Gestor Pró-Rio Doce - MG), Pauline Louise Araújo Silva (SEDESE), Rozimeire Cortez (Atingida Governador Valadares), Simone de Fátima Nunes (Comissão de Atingidos de São José do Goiabal), Soraya Benetti (FLACSO), Tamiris Nascimento (FBDH). **Justificou ausência:** Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce).

**Participantes da 69ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 20/04/23 - Horário: 14h10 às 17h55.**

Abília Mateus Rocha (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra), Angelo Lana (Renova), Antônio Áureo (Comissão de Atingidos de Rio Doce), Camila Cortez Duque (Advogada e Atingida de Governador Valadares), Carmem Lúcia Nunes (Comissão de Atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Edivânia (Comunidade São José do Goiabal), Gabriela Queiroz Barros (Advogada, Atingida/São Mateus e Procuradora da Comissão de Atingidos do Extremo Sul da Bahia), Gabriel Strautman (FBDH), Gilson da Silva Dias Junior (Renova) Iara Morena (Renova), Jadilson Lino (Comissão Quilombola de Degredo), Janine Luchesi (Renova), João Paste (IJSN), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz), Josmar Coelho (Prefeitura Municipal de Governador Valadares), Juliana Pinto Rocha (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Lucia Maria de Oliveira Paula (Comissão de Atingidos de Cachoeira Escura), Luciana Oliveira (Comissão de Atingidos de Vila Regência e Entre Rios), Lucilene Angélica Boskyvisky (Comissão de Atingidos de Baixo Guandu), Maria Thereza Teixeira (Renova), Mariana de Souza (Renova), Mateus Faraci (Comitê Gestor Pró Rio Doce MG), Natália Oliveira (EY), Paula Vieira (Renova), Rafael Santos (Renova), Rozimeire Cortez (Comissão de Atingidos de Governador Valadares), Simone de Fátima Nunes (Comissão de Atingidos de São José do Goiabal), Soraya Benetti (FLACSO), Walquíria Soares (AGERH) e Wanessa Rodarte (Renova). **Justificaram ausência:** Marta Zorzal (UFES) e Eliane Gregório (Comissão de Atingidos de Povoação/Linhares).

Após a apresentação de todos os participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação da Ata referente à 68ª RO da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	A ata da 68ª RO da CT-PDCS, compartilhada previamente para apreciação, foi aprovada pelos membros da CT, sem objeção. A coordenação comunicou que a ata seria encaminhada à SECEX para publicação no site do CIF.
------------------	---

**3) E.68-6 – Apresentar o cronograma para a implementação do Gerenciador Atingidos.**

**Discussão**

Paula Vieira realizou apresentação do encaminhamento **E.68-6 – Apresentar o cronograma para a implementação do Gerenciador Atingidos**, através de documento em PPT que se encontra no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Paula destacou que através do Ofício FR.2023.0838, encaminhado ao FBDH, MPF, MP/MG, MP/ES, DP/MG, MP/ES, DPU e ao CIF, a FR informou que não apresentava óbice para a aprovação do Orçamento Atingidos para o ano de 2023, conforme proposta final apresentada pelo FBDH no total de R\$32 milhões. Informou que o Orçamento Atingidos foi aprovado nos termos da cláusula 63ª do TAC-GOV, e que os recursos serão administrados pelo Gerenciador Atingidos, através da FLACSO; que o aporte inicial para o 1º trimestre é de 8 milhões, a contar da assinatura do contrato com a Flacso, provavelmente na próxima semana. Janine Luchesi informou que o contrato tem a vigência de 24 meses. Joice reclamou que as Comissões de Atingidos não foram chamadas para participar das discussões sobre o Gerenciador Atingidos e que não sabia que a FLACSO fará o gerenciamento. Informou que desconhece o Fórum de Observadores e sua atuação nos territórios. Luciana Oliveira corroborou com a fala de Joice e disse que estava surpresa com a atuação do FBDH, pois não incluiu as Comissões de Atingidos nas discussões sobre o Gerenciador Atingidos. Registrou que o FBDH deve rever sua posição frente aos territórios. Jadilson Oliveira disse que em nenhum momento as Instituições de Justiça, o FBDH e a Renova envolveram os atingidos nas discussões em relação ao Gerenciador Atingidos e reforçou que a Deliberação CIF nº 319 não altera o custeio dos atingidos das comunidades tradicionais, objeto da Deliberação CIF nº 155, e que esta deliberação também deve ser cumprida. Gabriel Strautman afirmou que o FBDH é solidário aos atingidos, que têm manifestado uma enorme frustração com o andamento do processo de reparação, e sabe que todo o trabalho que tem sido desenvolvido não é suficiente para atender plenamente a expectativa dos mesmos. Esclareceu que o FBDH atua no processo de reparação como expert do MPF e que foi solicitado pelas instituições de justiça, em 2021, a elaboração de uma proposta do orçamento atingidos. Em seguida, contextualizou sobre a construção dessa proposta, através da coleta de dados junto às ATIs atuantes, inclusive a Comissão Quilombola, e disse que o FBDH aguarda a contratação do Gerenciador Atingidos para iniciar a implementação dessa base da reparação junto às ATIs. Explicou que o Fórum de Observadores e as Comissões Locais ainda não formam implementados e serão instalados após a consolidação do orçamento atingidos. Gabriel informou que a contratação da FLACSO para administrar o Gerenciador Atingidos é uma decisão das empresas e das Instituições de Justiça, cabendo ao FBDH trabalhar junto com a contratada FLACSO. Abília partilhou que os quilombolas do Norte do ES se sentem desassistidos e solicitou que seja aberto um diálogo com as comunidades, considerando a abrangência da Deliberação nº 58. Jadilson disse não ter ciência da participação da Comunidade Quilombola de Degredo na construção da proposta do custeio dos atingidos. Joéci disse que o diálogo do FBDH em seu território trouxe conflitos e que a ATI indicada não representa os atingidos como devem ser representados. Gabriel informou que a consulta à comunidade quilombola foi tratada com Simony, na ASPERQD e reforçou que o FBDH não tem a atribuição de representar a população atingida, mas de trabalhar para viabilizar os espaços de participação e as formas de participação, sobretudo através das assessorias técnicas. João Paste comentou que, em seu ponto de vista, observando as manifestações, é perceptível o prejuízo da ausência das assessorias técnicas nos territórios em todo processo de reparação, e pontuou que as manifestações em relação às insatisfações dos atingidos ao processo de contratação do orçamentos atingidos e das ATIs estavam sendo registradas, mas que não cabe à CT-PDCS a avaliação da efetivação da contratação do Gerenciador Atingidos e da contratação das ATIs.

<p><b>Encaminha mento</b></p>	<p><b>E.69-1-</b> Apresentar a atualização dos processos que garantam a participação dos atingidos através do Gerenciador Atingidos. <b>Responsável:</b> FBDH. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p> <p><b>E.69-2 –</b> Atualizar o status da contratação e atuação das Assessorias Técnicas em cada um dos territórios. <b>Responsável:</b> FBDH. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>4) Apresentação pelo FBDH: E.68-6 - Apresentação do status das Assessorias Técnicas em cada um dos territórios.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Gabriel Strautman destacou que o Fundo Brasil atua como expert do Ministério Público Federal, no contexto de ação judicial movida para buscar a reparação integral dos danos sofridos por todas as pessoas atingidas, atendendo também aos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas dos estados de MG e ES. Rememorou a cronologia desde a entrada do Fundo Brasil no processo de reparação, em 2018, após a assinatura do Termo Aditivo ao TAP, para viabilizar a escolha das Assessorias Técnicas Independentes e exercer a coordenação metodológica das mesmas. Pontuou que o primeiro papel assumido pelo Fundo Brasil nesse contexto foi mapear o território da Bacia do Rio Doce, identificando as demandas coletivas de atingidos e propondo um recorte de territórios para atuação das ATIs para, numa etapa seguinte, viabilizar a escolha de entidades para prestação do serviço de Assessoria Técnica nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em 18 Territórios. Em setembro de 2019, o juiz responsável pela 12ª Vara Federal, Dr. Mário de Paula, homologou as escolhas das Assessorias Técnicas e os planos de trabalho construídos de forma participativa junto à população atingida. Ao longo do segundo semestre de 2019 foi estabelecido um processo de negociação entre as Instituições de Justiça e as empresas mineradoras, acompanhado pelo Fundo Brasil e pelas Assessorias Técnicas escolhidas. Entretanto, não foi possível alcançar um consenso, pois as empresas se recusaram a realizar a contratação das assessorias alegando discordância em relação ao escopo de atuação e aos valores previstos para assegurar uma participação informada e qualificada das pessoas atingidas no processo de reparação. Em janeiro de 2020 a questão foi judicializada na 12ª Vara Federal em Minas Gerais. O início de um novo acordo entre as Instituições de Justiça e as empresas teve início em julho de 2021, mediante tratativas para uma repactuação do processo de reparação. Em outubro de 2021, uma decisão da 12ª Vara Federal fixou prazo, escopo e estrutura para as Assessorias Técnicas. Em 22 de junho de 2022, uma nova decisão a respeito do tema foi proferida com relação à possibilidade de alargamento do escopo das Assessorias, desde que justificadas. À vista das decisões mencionadas e em cumprimento à determinação do MPF, o Fundo Brasil, entre os meses de julho e agosto de 2022, organizou reuniões em 15 territórios, nas quais as entidades homologadas apresentaram o conteúdo das decisões judiciais e dialogaram acerca de seus respectivos planos de trabalho. Nas reuniões, foram colhidas demandas apresentadas pelas pessoas atingidas com o objetivo de revisão dos planos. Finalizados, os planos de trabalho foram então validados e submetidos à aprovação das Instituições de Justiça e encaminhadas por elas ao juízo em setembro de 2022. Em outubro de 2022, o juiz da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, Dr. Michael, determinou a realização de Audiência de Conciliação sobre as Assessorias Técnicas com o objetivo de tratar dos pedidos de destituição de ATI, num esforço para superar os pontos de divergência acerca das entidades homologadas e buscar viabilizar uma resposta urgente para o caso. No dia 11 de outubro de 2022, foram realizadas 5 audiências e, como resultado, os municípios de Baixo Guandu (ES), Linhares (ES), São Mateus (ES), Conceição da Barra (ES) e Naque (MG) entraram em consenso sobre a manutenção das Assessorias Técnicas. As audiências tiveram como resultado decisão proferida em 13 de outubro, que determinou o início imediato das atividades previstas nos Planos de Trabalho das Assessorias Técnicas, os quais foram revisados de acordo com as condições estabelecidas pelo juízo. Entretanto, a decisão não é válida para o Território</p>

**Discussão**

11 – Aracruz, Serra e Fundão (ES), que não alcançou consenso na audiência e ainda possui divergências quanto à manutenção da Assessoria Técnica escolhida a partir do processo viabilizado pelo Fundo Brasil em 2018. Sobre o território 11, na decisão de 13 de outubro, o juiz determinou que fosse feita uma oitiva, a qual foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2023 e que resultou em um relatório técnico encaminhado às IJs em março de 2023. Gabriel informou que o Fundo Brasil apresentou duas sugestões de recomendação no relatório técnico: que o território seja mantido com Aracruz e Serra, e incorporando Fundão, e que seja feito um novo processo de credenciamento e escolha de Assessoria Técnica para essa nova configuração territorial; ou que o mesmo seja desmembrado e ocorra novo processo de credenciamento e escolha de Assessoria Técnica. O desfecho do processo de instalação de Assessoria Técnica para o Território 11 aguarda definição judicial. Tendo em vista a necessidade de realização de diálogo e consulta prévia aos povos indígenas Tupiniquim e Guarani, em respeito à sua autodeterminação, o Plano de Trabalho do Território 12 – Terras Indígenas Tupiniquim, Comboios e Caieiras Velha II (ES), a 4ª Vara Federal determinou a tentativa de realização de tal procedimento, visando possibilitar a contratação de Assessoria Técnica Independente para a comunidade em questão ao longo do primeiro semestre de 2023. Para o território Krenak, Gabriel informou que já existe uma entidade indígena escolhida para prestar assessoria técnica no território e estão na construção do plano de trabalho com o apoio do Fundo Brasil. No dia 30 de Novembro de 2022, o juiz deu uma nova decisão, homologando os Planos de trabalho das Assessorias Técnicas, autorizando o início imediato das atividades das mesmas, fixando o prazo de atuação das assessorias em 24 meses, prorrogável por mais 12, e estabeleceu o modelo de auditoria contábil/financeira trimestral e o modelo de auditoria finalística semestral, a exemplo do que foi praticado pelas outras três ATIs que já encerraram suas atividades na Bacia do Rio Doce, nos municípios de Mariana, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado, em Minas Gerais. No dia 06 de dezembro de 2022, as assessorias receberam o primeiro aporte financeiro e no dia 07 de dezembro foram iniciados os trabalhos nos territórios de MG e do ES, exceto nos casos judicializados do ES. Ao longo dos 2 primeiros meses foram realizados esforços para as instalações físicas e as contratações das equipes para as assessorias, após a determinação judicial para o início imediato dos trabalhos. Informou que o dia 07 de fevereiro de 2023 foi o marco do início da implementação dos Planos de Trabalhos das assessorias técnicas. O representante do Fundo Brasil destacou o desafio no trabalho das assessorias técnicas em relação à consolidação das comissões nos territórios onde atuam e a elaboração de um plano de comunicação para a bacia que oriente o acesso mais célere da população atingida às informações sobre o processo de reparação. Gabriel mencionou que assessoria técnica é um direito, mas não é obrigatório, inclusive é um meio legal para que se tenha acesso aos recursos do orçamento atingidos. Jadilson perguntou se há previsão de assessoria técnica específica para as comunidades tradicionais em Conceição da Barra e São Mateus. Luciana refletiu sobre a ausência da participação dos atingidos nas discussões atuais, o que diverge da construção coletiva inicial, e disse que a ADAI não representa a sua comunidade. Gabriel respondeu que as comunidades quilombolas da macrorregião litoral norte do ES já dispõem de uma assessoria técnica independente instalada. Sobre o Território 12, informou que ainda estão em diálogo com os caciques. Sobre os apontamentos realizados por Luciana, Gabriel expôs que o Fundo Brasil tem mantido um diálogo com a Comissão de Regência, e que entende o seu posicionamento. Explicou que a destituição de assessoria técnica é um procedimento previsto no ATAP (Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar) e, caso haja um desentendimento entre comissão e assessoria técnica, cabe ao FBDH mediar e dar as tratativas previstas. Jadilson insistiu na contratação da assessoria técnica específica para as comunidades tradicionais, destacando a Convenção OIT 169, e disse que a ADAI não foi escolhida por eles. Gabriel disse que estão atentos a esse ponto e que

<p><b>Discussão</b></p>	<p>estão em diálogo com as Instituições de Justiça. Joéci afirmou que a desconfiança dos atingidos em relação às assessorias técnicas não foi gerada pela demora na instalação inicial dessas assessorias nos territórios, mas pela falta do diálogo e por negociarem sem que os territórios estivessem participando; que uma vez que a assessoria, que se diz representante de um território e vai negociar com as empresas e com o juiz, e não passam para o território o que está sendo negociado, é gerada muita desconfiança; que entende que o valor negociado é exorbitante; que por esses motivos o território de Aracruz não aceita a assessoria imposta. Corroborando com a fala de Joéci, Lúcia Maria de Oliveira reclamou que a dificuldade do seu território em aceitar a assessoria é a ausência de participação dos atingidos no processo de escolha; que não entende o investimento de milhões em assessoria técnica, considerando que todas as coisas já estão sendo encaminhadas nos territórios, considerando que em 2015 quando ocorreu o crime ambiental da Samarco, quem organizou as cidades foram as comissões das pessoas e lideranças locais; e que esse recurso deveria ter sido destinado aos atingidos. Por fim, para maiores informações e esclarecimentos sobre o processo de escolha das Assessorias Técnicas, Gabriel Strautman informou o seguinte link de acesso ao Portal do FBDH: <a href="https://www.fundobrasil.org.br/apoio-a-sociedade-civil/programa-rio-doce/">https://www.fundobrasil.org.br/apoio-a-sociedade-civil/programa-rio-doce/</a>.</p>
<p><b>5) Apresentação pelo PG 06: E.68-3 - Formalizar o planejamento dos Fóruns de Prestação de Contas, bem como dos eventos anuais de prestação de contas - Cláusula 63 do TTAC; E.68-4 - Apresentar o novo modelo de proteção dos dados dos usuários cadastrados e de obtenção remota de senha de acesso ao Portal do Usuário.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Dando início às discussões, Paula Vieira mencionou o envio do Ofício 2023.0691, que trata da apresentação do calendário para novo ciclo de apresentação dos PATs nos 14 microterritórios, juntamente ao planejamento dos Fóruns de Prestação de Contas. Juliana Rocha informou que ao final da reunião a equipe do PG 06 encaminhará um ofício detalhado relativo aos Fóruns de Prestação de Contas e aos processos de mobilização previstos até o final de 2023, em atendimento ao encaminhamento <b>E.68-3 - Formalizar o planejamento dos Fóruns de Prestação de Contas, bem como dos eventos anuais de prestação de contas</b>. Conforme diálogo realizado na última RO juntamente com a auditoria EY, João Paste reiterou que a CT fará a análise da documentação que será encaminhada, a qual visa o cumprimento da Cláusula 63 do TTAC. Natália Oliveira disse que a auditoria aguarda o posicionamento da CT, bem como do CIF. Relativo ao encaminhamento <b>E.68-4 - Apresentar o novo modelo de proteção dos dados dos usuários cadastrados e de obtenção remota de senha de acesso ao Portal do Usuário</b>, Maria Thereza realizou a apresentação de documento em PPT, que se encontra no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Apresentou a nova proposta de acesso ao Portal do Usuário com senha “.gov”. Sobre a solicitação de senha de acesso ao Portal do Usuário, reclamação feita pelos atingidos na última RO da CT-PDCS, Maria Thereza informou que a solicitação continua sendo feita pelo Fale Conosco. Propôs à CT que seja construída conjuntamente uma proposta de aperfeiçoamento do Portal do Usuário, com a formação de um grupo de trabalho. Jóice questionou como é o processo de subir a documentação de inventário no sistema no Portal do Advogado. Maria Thereza comentou que traria essa informação na próxima RO. Lúcia Maria reafirmou que a resolução de acesso à senha pelo o Portal do Usuário deve ser breve, pois os atingidos continuam tendo que se deslocar até o CIA, e registrou a urgência no retorno das reuniões da CT-OS. João Paste falou que se inteiraria sobre o assunto da CT-OS e traria informações na próxima RO da CT. Sobre a proposta feita por Maria Thereza de realizar uma ação conjunta para as tratativas de propostas de melhorias nos processos do Portal do Usuário, João Paste achou interessante e indicou será feito convite a Audicéia e Fabiano (membros pela SECONT/ES), a Luciana Oliveira, Joéci Miranda e Antônio Áureo (membros</p>

	-representação de atingidos), com o indicativo de instalar o GT na primeira semana de maio, em reunião virtual.
<b>Encaminha mentos</b>	<b>E.69-3</b> – Agendar reunião de grupo de trabalho para tratar assuntos relativos ao Portal do Usuário. <b>Responsável:</b> FR.
<b>6) Apresentação pelo PG 35: E.68-5 - Atualização das tratativas com órgãos parceiros e da contratação da construção das bases físicas do CIT.</b>	
<b>Discussão</b>	<p>Sobre o encaminhamento <b>E.68-5 - Atualização das tratativas com órgãos parceiros e da contratação da construção das bases físicas do CIT</b>, lara realizou apresentação de documento em PPT. O documento encontra-se no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Sobre o <b>CIT de Mariana</b>, lara informou a prefeitura declinou da instalação do CIT no terminal turístico, através de ofício, e indicou a utilização de espaço na Arena Mariana. Pontuou que a FR está avaliando juridicamente a viabilidade de elaboração de projeto do CIT na Arena e que também foi realizada uma visita por parte da equipe de engenharia. Por outro lado, a FR está providenciando a locação de imóvel para instalação temporária do CIT em Mariana e estão sendo analisados três locais. Quanto ao espaço fixo do <b>CIT Linhares</b>, a FR está aguardando a assinatura do Termo de Acordo devido às alterações na minuta por parte do ICMBIO, o qual está em análise na sede do órgão, em Brasília, e a FR não tem sinalização de prazo para essa assinatura. Houve um avanço para contratação da obra e a FR está negociando um prazo adicional para que a empresa, que executará a obra, aguarde o Termo ser assinado, sinalizando que há risco de perder o prazo da formalização da parceria com a empresa que executará a obra, considerando o curto prazo entre a finalização da contratação e a assinatura do termo que possibilita o início das obras. lara disse que o projeto foi apresentado à comunidade em 14 de abril. Relativo ao <b>CIT de GV</b>, lara destacou que há uma resistência e discordância por parte da comunidade para a instalação do CIT na Praça Getúlio Vargas, e que essa situação tem sido considerada pela FR. Informou que foi realizada uma reunião com a comunidade sobre o tema e que a FR tem tratado esse tema com a Prefeitura, bem como com a comunidade, para trazer os esclarecimentos do que será o projeto. Informou que já houve a assinatura simbólica do Termo de Acordo com a Prefeitura, mas que aguarda a formalização dessa assinatura e destacou que foi iniciado um processo de contratação da empresa para a execução das obras, para agilizar os próximos passos. João Paste externou sua preocupação com relação às tratativas das bases físicas do CIT e solicitou que a equipe do programa, na próxima semana, apresente a devolutiva do diálogo mantido com a prefeitura de Mariana. Sobre o CIT de GV, Camila Cortez disse que os moradores, principalmente da região do Bairro de Lourdes e de GV, descobriram que o CIT seria construído na Praça Getúlio Vargas, em conjunto com o Museu da Cidade, depois que o Projeto de Lei já tinha sido aprovado pela Câmara; que os moradores se queixam por não terem sido consultados previamente. Questionou sobre a cessão do espaço de 700m<sup>2</sup> da Praça, com a construção de apenas 200m<sup>2</sup>, sendo que o Museu tem atualmente 500m<sup>2</sup> e já não comporta todo acervo e que a Prefeitura não dialoga com a população. Relatou ainda que houve uma reunião com a equipe de diálogo da FR na última semana para apresentação do projeto à comunidade e que muitas dúvidas não foram esclarecidas, dentre elas: foi questionado sobre a realização, principalmente do estudo de impacto social, pois essa é uma praça muito utilizada pela população para feiras e eventos sociais, de acordo com a alínea “h” da Cláusula 5 do TTAC, e caso o estudo social e ambiental tenha sido realizado, solicita acesso. Camila solicitou o acesso ao Termo de Parceria assinado com a prefeitura de GV e disse que foi feita denúncia no MP envolvendo todos os aspectos relatados. Camila destacou que é necessária a presença de pessoas mais bem preparadas nas reuniões da FR para que possam responder aos questionamentos. lara disse que o PG 35 está à disposição para realizar outras agendas sobre o CIT de GV e para esclarecer as dúvidas. Disse que a FR sempre</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>teve a preocupação em relação à sustentabilidade e na continuidade do espaço do CIT e construir em conjunto com o Museu da Cidade, é a possibilidade de acervos digitais, considerando a digitalização dos conteúdos da reparação e a otimização do espaço físico. Iara partilhou que se compromete em verificar no processo de licenciamento e apresentar as informações dos estudos ambientais e sociais mencionados. Iara pontuou que a preocupação do programa é de fortalecer os espaços públicos com uso de conteúdos que façam sentido para a comunidade e se coloca à disposição para essa interação com a Comunidade. João disse que a CT-PDCS recebeu o relato da reunião realizada entre a FR e a comunidade de GV e reiterou pedido de esforços da Prefeitura de GV e da FR para que haja a superação dos apontamentos realizados pela comunidade em relação à implantação do CIT. Josmar Coelho registrou a ocorrência de audiência pública na Câmara Municipal de GV, promovida pela vereadora Gilsa e pontuou que na oportunidade o Secretário de Cultura, o sr. Kelvim Figueiredo esteve presente, esclarecendo aos presentes sobre a cessão da praça Getúlio Vargas e sobre o projeto do CIT/Museu. Disse que a Prefeitura de GV está aberta ao diálogo.</p>
<p><b>7) Assuntos Gerais.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p><b>1.</b> João Paste confirmou o recebimento dos documentos encaminhados pela EY, Procedimento de Avaliação Individual (PAI), relativos ao 3º ciclo de acompanhamento do pilar Ouvidoria e do pilar Canais de Relacionamento, ambos pilares do PG 06, e do Programa de Informação para a População, PG35. Solicitou que a equipe da auditoria EY realize uma apresentação bem objetiva na próxima RO, proposta acolhida por Natália Oliveira. <b>2.</b> Maria Thereza e João Paste registraram com pesar o falecimento, no último dia 28 de março, da Sra. Célia Kiefer, que compôs como membro e muito contribuiu com as atividades da CT-PDCS nos anos de 2016 a 2018. <b>3.</b> Carmem Lúcia Nunes solicitou a abordagem na próxima RO sobre o projeto VIM VER, a retomada da economia de inovação – potencial da comunidade Ribeirinha e sobre a Casa do Atingido. João esclareceu que o projeto VIM VER não faz parte dos programas que a CT-PDCS assessora o CIF, mas que pode haver novas apresentações pela FR. <b>4.</b> Josmar disse que trataria com a Prefeitura de GV sobre as manifestações dos atingidos em relação ao CIT de GV.</p>

O coordenador interino João Paste agradeceu a todos pela participação e pelas contribuições. **A 69ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezessete horas e quarenta e dois minutos.